

Data: 24 de março de 2021.

1 Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e um, em decorrência da pandemia
2 ocasionada pelo novo Coronavírus-COVID 19, e a impossibilidade temporária de realização de
3 reuniões presenciais, foi realizada reunião ordinária deste Conselho Municipal de Assistência Social,
4 por meio de videoconferência, com a utilização da plataforma google.meet. Participaram da
5 videoconferência os/as seguintes conselheiros/as: Gisele de Cassia Tavares, Adriana Aparecida dos
6 Santos, Débora Campos Pereira, Daniela Arrais da Mota Silva, Edsonia Jadma Marcelino de Souza,
7 Gisélia Duarte Dias Paulino, Josiani Severino dos Santos Nogueira, Luciana Ferreira Alvarez,
8 Lucimar Rodrigues da Silva, Izabel Oliveira Flores, Cláudio Roberto Rufino, Rosemeiri Félix de
9 Barros, Ângela Maria Zechim Luziano da Silva, Aparecida de Fátima G. Lemos, Camila Marcolino,
10 Diego Oliveira de Lima, Paulo Roberto Libano, Soraya de Paula Garcia de Campos, Ordália de
11 Fátima Branganholi Ferreira, Daniel Soares da Silva, André Luís Barbosa, Carlos da Silva, Leonardo
12 Aparecido Gomes. A reunião teve início em segunda convocação, às 13h45, com a apresentação, pela
13 presidente do Conselho, Soraya de Paula Garcia de Campos, da seguinte pauta para deliberação da
14 plenária: 1. Apresentação e aprovação da pauta; 2. Aprovação de Atas; 3. Apresentação do Programa
15 de Atendimento ao Migrante e Refugiado; 4. Deliberação sobre os Planos de Ação dos Pisos
16 Estaduais; 5. Deliberação sobre a Prestação de Contas do Programa Bolsa Família- PBF e Cadastro
17 Único referente ao mês de fevereiro; 6. Relato de Comissões; 7. Informes. A pauta foi aprovada por
18 unanimidade. A presidente Soraya iniciou, portanto, a discussão da pauta, submetendo a ata da
19 reunião extraordinária do dia 29 de dezembro de 2020 à aprovação dos presentes. No debate, a
20 conselheira Angela Maria Zechim Luziano, solicitou que constasse seu nome no rol dos participantes,
21 tendo em vista ter estado na referida reunião. A ata foi aprovada, tendo uma abstenção, da conselheira
22 Josiani Nogueira, que justificou em razão de não ter tido condições para a realização da leitura
23 prévia. Em seguida, a presidente Soraya passou ao terceiro ponto da pauta, referente à Apresentação
24 do Programa de Atendimento ao Migrante e Refugiado. Soraya contextualizou a proposta, retomando
25 o que foi definido na reunião passada, em que se debateu esse tema com dados trazidos pelas
26 diretorias de Proteção Social Básica e Especial da SMAS e pela Cáritas Arquidiocesana, que atua
27 com esse público no Município de Londrina, e na qual se estabeleceu que uma proposta de parceria
28 entre Cáritas e Município seria enviada para conhecimento prévio de todos os conselheiros e
29 conselheiras e deliberação nesta reunião. Passou a palavra para a assistente social da Cáritas, Ediane
30 de Paula Machado, que realizou a apresentação da referida proposta, com a utilização de material
31 projetado no qual iniciou justificando a proposta, tendo em vista a atuação já realizada pela entidade,
32 suas articulações em rede e com a Polícia Federal, constituindo-se como referência para os migrantes,
33 além da localização do Município de Londrina que favorece a passagem e/ou permanência de pessoas
34 em trânsito para São Paulo. A proposta tem como objetivo geral “ofertar atendimento e
35 acompanhamento para pessoas em situação de migração, refúgio e apátridas que estejam em
36 vulnerabilidade, risco pessoal e social” e como objetivos específicos: “oferecer atendimento e
37 acompanhamento aos migrantes e refugiados de Londrina/PR no que diz respeito a regularização
38 migratória e acesso à documentação civil; identificar em parceria e articulação com a rede de serviços
39 socioassistenciais e intersetoriais o acesso dos migrantes e refugiados aos seus direitos sociais
40 básicos; articular ações dos serviços existentes nos territórios visando a proteção social das famílias;
41 e estabelecer Plano de Acompanhamento Familiar envolvendo os usuários, famílias e rede de
42 serviços”. A metodologia prevê a triagem e acolhida, visitas domiciliares, atendimentos individuais
43 (com assistente social e psicólogo), visitas institucionais, reuniões de rede, articulações com a família
44 e com a rede de serviços, bem como discussões de casos, oficinas temáticas e rodas de conversas,
45 promovendo o estímulo à participação, a autonomia, o protagonismo e o desenvolvimento integral

46 dos usuários e famílias, inclusive com iniciativas de geração de renda. Ediane apresentou a equipe
47 mínima prevista para atuação no programa, composta por 2 assistentes sociais, 1 psicólogo(a), 1
48 assistente administrativo(a) e 1 articulador(a) de projetos. A planilha de custos prevê despesas que
49 totalizam R\$ 321.185,64 (trezentos e vinte e um mil, cento e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro
50 centavos). Caso haja possibilidade de ampliação da equipe, o valor passaria a ser R\$ 413.710,44
51 (quatrocentos e treze mil, setecentos e dez reais e quarenta e quatro centavos). Abriu-se o debate,
52 sendo considerado por Ediane que a acolhida do migrante é muito importante e que a crise sanitária
53 tem agravado muito a situação. A conselheira Gisele Tavares enfatizou a importância da proposta e de
54 inseri-la no rol das ofertas que compõem a política pública de assistência social em Londrina, com
55 previsão de financiamento. A conselheira Josiani solicitou a palavra para complementar dados que
56 ficaram faltando na reunião passada, como forma de, mais uma vez, reafirmar a importância da
57 proposta, tendo em vista que há na rede grande dificuldade no atendimento a esse público, tanto em
58 relação aos que se encontram aqui de passagem, quanto dos que permanecem no município, e que a
59 Cáritas vem sendo importante no apoio a essa rede. Informou que em 2020 houve significativo
60 aumento de atendimentos a imigrantes, o que se pode ver na comparação com 2019: no Serviço
61 Especializado de Abordagem Social, em 2019 foram atendidas 8 pessoas (11 atendimentos) e em
62 2020 foram 40 pessoas (45 atendimentos); no Serviço de Atendimento Especializado a Pessoas em
63 Situação de Rua, em 2019 foram 26 pessoas atendidas (57 atendimentos) e, em 2020, 83 pessoas (229
64 atendimentos). São várias nacionalidades, mas os venezuelanos representam o maior número.
65 Salientou que a assistência social é que faz, normalmente, a inserção dessas pessoas na rede.
66 Reforçou a pertinência de se ter a parceria com uma entidade de renome e atuação internacionais e
67 que a questão de trazer este debate para o âmbito do conselho, com financiamento pelo Fundo
68 Municipal de Assistência Social, foi uma opção da própria secretaria, tendo em vista a vinculação
69 dessa proposta a esta política. Paulo Líbano, da Associação de Circo, manifestou interesse de uma
70 aproximação de sua entidade com a Cáritas, tendo em vista muitos migrantes nas atividades que
71 desenvolve e das dificuldades, especialmente quanto à regularização documental e acesso a direitos.
72 A conselheira Lucimar Rodrigues apontou a importância da questão da legislação, pois já atenderam
73 mulheres migrantes que, em Londrina sofreram violência doméstica, situação que em seus países de
74 origem é considerada algo natural. Josiani ressaltou que é, mesmo, um desafio entender as diferenças
75 culturais nesse trabalho no fortalecimento das mulheres. Paulo complementou dizendo que os
76 estrangeiros sofrem mais violências do que muitos brasileiros em condições semelhantes de
77 desproteção, o que é agravado pela situação de estarem ilegais no país. Ediane lembrou que há uma
78 gama de situações e que a falta do acesso à documentação impacta no não acesso ao trabalho formal,
79 a direitos. Lembrou que a crise sanitária e o fechamento das fronteiras fazem com que a ilegalidade
80 da permanência no país seja maior, dificultando ainda mais a relação com a Polícia Federal.
81 Ressaltou a importância do trabalho conjunto. Josiani lembrou que será feito aporte no FMAS, como
82 compromisso. O Conselheiro Cláudio Rufino perguntou acerca da questão orçamentária: se há
83 previsão no Plano Plurianual e no orçamento para essa proposta. A conselheira Gisele Tavares
84 informou que as previsões do Plano Plurianual, em suas ações e iniciativas, contemplam essa ação e
85 que os recursos foram resultado de uma pactuação entre o Ministério Público e a Prefeitura, por meio
86 da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Assistência Social. O teto proposto para esse
87 financiamento é de R\$ 350.000,00/ano, sendo recursos que serão incorporados ao orçamento do
88 Fundo Municipal de Assistência Social. O conselheiro Carlos da Silva referiu que tem visto um grupo
89 de haitianos permanecendo no centro da cidade e vendendo muitos equipamentos e utensílios.
90 Considerou importante a atuação da CMTU sobre essa questão e perguntou se há informações sobre a
91 origem dos itens que estão vendendo. Ediane respondeu dizendo que não dispõem de informações
92 sobre a origem dos produtos, mas que essas pessoas têm utilizado a venda mencionada como
93 estratégia de sobrevivência. Pontuou que o tema do migrante e do refugiado é muito amplo e que se

94 refere a uma questão de direitos humanos. Findado o debate sobre a proposta apresentada, a
95 presidente abriu o processo de votação, sendo aprovada por unanimidade, com o valor de R\$
96 321.185,64. Em seguida, a presidente passou à abordagem do item 4. Deliberação sobre os Planos de
97 Ação dos Pisos Estaduais. Soraya passou a palavra para a conselheira Gisele Tavares, diretora de
98 Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social na Secretaria Municipal de Assistência Social,
99 para a apresentação do referido item. Gisele, então, iniciou fazendo uma breve referência à
100 necessidade de repactuação dos planos de ação relativos ao cofinanciamento estadual anualmente.
101 Essa pactuação se refere aos recursos que são continuados. Apresentou, então, as propostas de
102 atendimento físico e de aplicação dos recursos, a previsão de repasse do cofinanciamento estadual e o
103 resumo executivo do conjunto dos recursos a serem aplicados nos referidos serviços. Em relação ao
104 Piso Paranaense de Assistência Social II/PPAS II - Centro POP: atendimento físico – 500 jovens; 900
105 adultos; 150 pessoas idosas e 80 famílias; repasse mensal de R\$ 11.500,00, com previsão de repasse
106 anual de R\$ 138.000,00; no resumo executivo a previsão é de R\$ 138.000,00 do Fundo Estadual de
107 Assistência Social; R\$ 276.000,00 do Fundo Nacional; R\$ 450.000,00 de recursos próprios no Fundo
108 Municipal; totalizando R\$ 864.000,00 de previsão de financiamento. Em relação ao Piso Paranaense
109 de Assistência Social IV/PPAS IV – Acolhimento Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovens:
110 atendimento físico – 40 no acolhimento familiar; 80 na casa lar; 16 em república para jovens entre 18
111 e 21 anos; repasse mensal de R\$ 32.500,00, com previsão de repasse anual de R\$ 390.000,00; no
112 resumo executivo a previsão é de R\$ 390.000,00 do Fundo Estadual de Assistência Social; R\$
113 780.000,00 do Fundo Nacional; R\$ 2.089.612,08 de recursos próprios no Fundo Municipal;
114 totalizando R\$ 3.259.612,08 de previsão de financiamento. Em relação ao Piso Paranaense de
115 Assistência Social V/PPAS V – Acolhimento Institucional para adultos e famílias: atendimento físico
116 – 90 em Casa de Passagem e 91 em Abrigo Institucional; repasse mensal de R\$ 5.000,00, com
117 previsão de repasse anual de R\$ 60.000,00; no resumo executivo a previsão é de R\$ 60.000,00 do
118 Fundo Estadual de Assistência Social; R\$ 588.000,00 do Fundo Nacional; R\$ 200.604,11 de recursos
119 próprios no Fundo Municipal; totalizando R\$ 848.604,11 de previsão de financiamento. No
120 financiamento referente à Abordagem Social para pessoas em situação de rua: atendimento físico –
121 30 adolescentes; 1.500 adultos; 30 crianças; 50 famílias; 100 pessoas idosas; repasse mensal de R\$
122 10.000,00, com previsão de repasse anual de R\$ 120.000,00; no resumo executivo a previsão é de R\$
123 120.000,00 do Fundo Estadual de Assistência Social; R\$ 240.000,00 do Fundo Nacional; R\$
124 450.000,00 de recursos próprios no Fundo Municipal; totalizando R\$ 810.000,00 de previsão de
125 financiamento. No Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua: atendimento físico
126 de 61 em Acolhimento em República, 91 em Abrigo Institucional e 90 em Casa de Passagem; repasse
127 mensal de R\$ 20.000,00, com previsão de repasse anual de R\$ 240.000,00; no resumo executivo a
128 previsão é de R\$ 240.000,00 do Fundo Estadual de Assistência Social; R\$ 480.000,00 do Fundo
129 Nacional; R\$ 268.211,02 de recursos próprios no Fundo Municipal; totalizando R\$ 988.211,02 de
130 previsão de financiamento. E por fim, no Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de
131 violência: atendimento físico – 20 mulheres em abrigo institucional; repasse mensal de R\$ 3.250,00,
132 com previsão de repasse anual de R\$ 39.000,00; no resumo executivo a previsão é de R\$ 39.000,00
133 do Fundo Estadual de Assistência Social; R\$ 0,00 do Fundo Nacional; R\$ 0,00 de recursos próprios
134 no Fundo Municipal, tendo em vista que o financiamento dessa oferta no Município é de
135 responsabilidade da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres; totalizando R\$ 39.000,00 de
136 previsão de financiamento. Em todos os pisos foi feita a opção pela execução de despesas de capital,
137 custeio e recursos humanos. Durante a apresentação a conselheira Gisele informou que os valores do
138 Fundo Municipal de Assistência Social no Plano do PPAS V e do Acolhimento Institucional para
139 Pessoas em Situação de Rua está preenchido erroneamente, tendo em vista que os valores previstos
140 são muito maiores do que os que foram inseridos, registrando que isso deverá ser corrigido no
141 sistema. Gisele salientou que os valores do Fundo Municipal de Assistência Social não contêm o

142 montante gasto com pessoal, mas tão somente o que se caracteriza como custeio, uma vez que a
143 alocação desses gastos não está no FMAS. Informou que, via de regra, os valores do cofinanciamento
144 estadual representam 50% dos valores praticados pela esfera federal, considerando o pacto
145 estabelecido, embora o FNAS não venha repassando a totalidade dos valores pactuados e não proceda
146 os repasses com a regularidade mensal. Os valores federais têm sido repassados com a média de 40%
147 de redução. Ao final da apresentação a presidente Soraya abriu para considerações dos presentes. O
148 conselheiro Carlos manifestou surpresa acerca da diminuição mencionada dos repasses federais e
149 pediu maiores informações. A conselheira Gisele contextualizou que isso vem acontecendo e que é
150 um reflexo direto da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos do governo com as
151 políticas sociais, não sendo alocados nos orçamentos da União recursos suficientes para cumprir as
152 pactuações de repasses feitas com os municípios. Em razão disso, o conselheiro considerou que não
153 podemos nos calar e nem nos fechar para garantir o recebimento do que temos direito. A presidente
154 Soraya ratificou tal preocupação e afirmou a necessidade de o conselho se manifestar a esse respeito.
155 Continuando o debate, a assistente social do NUSELON, Andrea Mansano, apresentou dúvida no que
156 se refere às metas de Casa-lar constantes do plano do acolhimento para crianças e adolescentes
157 apresentado, uma vez que 80 não representa mais a realidade. Josiani esclareceu que esse número
158 representa o que foi pactuado, mas que houve alteração nos números à medida dos reordenamentos e
159 das revisões do atendimento da rede. Referiu que atualmente há 100 metas de Casa-lar implantadas,
160 além das 16 de República e do acolhimento familiar. Também o conselheiro Cláudio Rufino se
161 manifestou, complementando que o orçamento municipal expressa o cenário de redução, à medida
162 que se verifica que 89,94% dos montantes previstos no orçamento da assistência social são recursos
163 livres, do município, e apenas 10,06% representam a participação das esferas estadual e federal.
164 Carlos perguntou sobre a atuação junto aos deputados que representam nossa região acerca desse
165 tema. Gisele informou que tem sido feita gestão para a destinação de emendas ao fundo municipal de
166 assistência social, tendo sido solicitado o montante de 26 milhões aos parlamentares da esfera
167 federal. Considerou que o conselho pode se somar a essa estratégia. Finalizada a discussão, a
168 presidente colocou em votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com indicação de que sejam
169 feitas as correções apontadas, tanto nos valores do fundo municipal nos planos referentes ao
170 acolhimento adulto e para pessoas em situação de rua, quanto no número de metas de casa-lar. Deu-
171 se início à discussão do ponto relativo à prestação de contas do Programa Bolsa Família e os
172 atendimentos de Cadastro Único do mês de fevereiro de 2021. Nesse mês foram efetuados 2.193
173 agendamentos de segunda a sexta-feira em horário de expediente, 118 de segunda a sexta-feira para
174 atendimentos com horas-extras e 278 para atendimento aos sábados. Destes foram efetivamente
175 atendidas 1.841 pessoas para atualização cadastral e 626 para inclusão. Houve o não comparecimento
176 de 670 pessoas. No referido mês a Gerência de Transferência de Renda efetuou busca ativa de 304
177 pessoas. Essa apresentação é o retorno da secretaria ao conselho em relação às deliberações de
178 utilização de recursos do IGD-BF, que totalizaram R\$ 22.257,55 no mês. Após essa apresentação a
179 diretora Edsonia Marcelino, enfatizou o grande trabalho que vem sendo realizado pelas equipes da
180 Proteção Social Básica, que resultaram em número expressivos de atendimento, cadastramento e
181 concessão de benefícios. Nominou todos os gerentes e cada coordenadora que, tão prontamente, têm
182 conduzido esse processo durante toda a pandemia e finalizou enfatizando a importância da vacinação
183 para todos os trabalhadores do SUAS. Concluída essa discussão, a conselheira Gisele Tavares
184 informou sobre o início do processo de elaboração do Plano Plurianual, trazendo informações sobre
185 esse documento orçamentário e relatando que um formulário será trabalhado com a rede e outro
186 também será remetido ao Conselho para que se envolva diretamente nesse processo. Passou-se aos
187 relatos de comissões, iniciando pela Conselheira Ângela Maria Zechim, da comissão de inscrição,
188 que apresentou o pedido de inscrição do Serviço de Convivência para Idosos do CCI Norte, com a
189 indicação de aprovação pelo conselho. Relatou a questão do pedido de inscrição do Instituto Plural e



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitscheck, 3896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

190 do Instituto Ser, que tiveram como encaminhamento a realização de reuniões para melhor
191 entendimento do trabalho realizado. O conselho aprovou a inscrição do CCI Norte e os
192 encaminhamentos propostos. Na sequência a Conselheira suplente Daniela Arrais da Mota, da
193 comissão de acompanhamento informou que referente as análises dos Planos de Ação e Relatório de
194 Atividades entregues no ano de 2020, a comissão deliberou pelo encaminhamento de ofícios
195 solicitando algumas adequações, bem como manifestação com relação as atividades desenvolvidas.
196 Informou que respondeu as solicitações do CMAS, as seguintes entidades: Lar Anália Franco, Bom
197 Samaritano, Associação dos Associação dos Voluntários do Hospital Universitário Regional Norte do
198 Paraná – AVHU, Nuselon, Asilo São Vicente de Paulo, Lar Maria Tereza e Centro de Assistência e
199 Recuperação de Vidas Morada de Deus. Daniela relatou que todas contemplaram aos apontamentos
200 solicitados pela comissão, com exceção da entidade Morada de Deus, o qual sugeriu uma visita por
201 outro conselheiro, tendo em vista que a resposta encaminhada pela entidade, não condiz com a
202 realidade do serviço executado pela entidade, exemplificou os fatos relacionados a alimentação
203 inadequada e estrutura física insuficiente as quais ainda são objetos de constante denúncia. A
204 secretaria do conselho, irá encaminhar a demanda de visita para a comissão. A presidente Soraya
205 encerrou a reunião às 17h02 agradecendo a participação de todos e todas e lembrando que a próxima
206 reunião ordinária deste conselho ocorrerá em 14 de abril de 2021. Nada mais a ser tratado, eu, Gisele
207 de Cássia Tavares, segunda Secretária deste Conselho, redijo a presente ata, que será encaminhada
208 para apreciação e aprovação da plenária.